

# MULHERES E O DEBATE PÚBLICO SOBRE PATRIMÔNIO NO BRASIL (1937-1966)

WOMEN AND THE PUBLIC DEBATE ABOUT  
HERITAGE IN BRAZIL (1937-1966)

LAS MUJERES Y EL DEBATE PÚBLICO SOBRE  
EL PATRIMONIO EN BRASIL (1937-1966)

 10.5935/2177-6644.20230010

Riler Barbosa Scarpati \*

 <https://orcid.org/0000-0003-3796-9221>

**Resumo:** O artigo pretende mapear a presença e a participação de mulheres no debate público sobre o patrimônio no Brasil em seu momento de constituição e institucionalização, a saber: entre os anos 1930 e 1960. Ele toma como objetos e fontes de pesquisa a Revista do Patrimônio, vinculada ao SPHAN/DPHAN, e principal meio de discussão e propagação sobre as temáticas patrimoniais no Brasil, e a *Revista de História e Arte*, veículo importante de crítica às políticas patrimoniais implementadas pelo órgão federal de preservação. Tecem-se algumas considerações sobre as relações entre a história das mulheres e o debate patrimonial, utilizando-se alguns recursos da história intelectual e da história dos intelectuais.

**Palavras-Chave:** Mulheres. Gênero. Intelectuais. Patrimônio. Memória.

**Abstract:** The article intends to map the presence and participation of women in the public debate about heritage in Brazil at the moment of its constitution and institutionalization, namely between the 1930s and the 1960s. It takes as research objects and sources the Revista do Patrimônio, a journal linked to SPHAN/DPHAN and the main medium for discussion and propagation on heritage issues in Brazil, and the Revista de História e Arte, an important vehicle for criticism of the heritage policies implemented by the federal preservation agency. Some considerations on the relations between women's history and the heritage debate are made, using some resources from intellectual history and the history of intellectuals.

**Key-words:** Women. Gender. Intellectuals. Heritage. Memory.

**Resumen:** El artículo pretende mapear la presencia y participación de las mujeres en el debate público sobre el patrimonio en Brasil en su momento de constitución e institucionalización, es decir, entre los años 1930 y 1960. Toma como objetos y fuentes de investigación la Revista do Patrimônio, revista vinculada a la SPHAN/DPHAN y principal medio de discusión y divulgación sobre temas patrimoniales en Brasil, y la Revista de História e Arte, importante vehículo de crítica a las políticas patrimoniales implementadas por la agencia federal de preservación. Se hacen algunas consideraciones sobre las relaciones entre la historia de las mujeres y el debate sobre el patrimonio, utilizando algunos recursos de la historia intelectual y de la historia de los intelectuales.

**Palabras-clave:** Mujeres. Género. Intelectuales. Patrimonio. Memoria.

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).   
<http://lattes.cnpq.br/1690941813011804> - E-mail: [riler.scarpati1@gmail.com](mailto:riler.scarpati1@gmail.com).

## Introdução

A temática do patrimônio no Brasil foi extensamente estudada, tanto no nível do discurso quanto no das instituições e de suas tipologias, destacando-se suas escolhas e seus silenciamentos. Tais abordagens foram feitas por diferentes áreas do conhecimento como a Antropologia, a Sociologia, a Museologia, a História e a Arquitetura (CABRAL, 2019; CHAGAS & ABREU, 2009; CHUVA, 2003; GONÇALVES, 2002; GUIMARÃES, 2012; JULIÃO, 2008; LONDRES, 2001; MAGALHÃES, 2017; NOGUEIRA, 2014; PINHEIRO, 2011; RUBINO, 1996; VELOSO, 1996). Por isso, é preciso propor novas questões para temática já extensamente explorada. A que orienta este texto é: existe algo para dizer sobre mulheres e o debate público sobre patrimônio? Elizabeth Jelin (2001), ao analisar as questões de gênero nas ditaduras do Cone Sul, afirma que colocar perguntas analíticas de gênero pode nos fazer chegar a resultados diferentes. Ou ainda, como nota Adriana Piscitelli (1998), o gênero incide em novas leituras e abordagens do mundo social.

Tornam-se necessários apontamentos preliminares sobre a forma como se pretende abordar o papel das mulheres no debate público sobre patrimônio e como isso dialoga com as questões de gênero neste espaço<sup>1</sup>. Foge dos objetivos, por exemplo, a discussão acerca das diferenças entre estudos feministas e de gênero, assim como saber se as autoras que escreveram nesses periódicos levavam em consideração questões de gênero ou feministas ou se se podem identificar marcas de enunciação feministas em seus escritos. Também escapa aos nossos propósitos a densa discussão sobre o papel do feminismo, seja como crítica teórica ou movimento social, no processo de descentramento do sujeito moderno (HALL, 2006, p. 43-46). Interessa-nos, como objetivo maior, “inscrever as mulheres na história”, nomeá-las, dar a conhecer seus textos e produção intelectual (SCOTT, 1990, p. 5-22).

Para além dos aspectos teóricos enunciados anteriormente, cumpre justificar a abordagem de o porquê estudar as mulheres que debateram a questão patrimonial no país. Entre as décadas de 1930 e 1960, apesar de avanços pontuais, o universo feminino brasileiro era marcado por baixa escolaridade e dificuldade de acesso aos meios letrados. Também cabe frisar que em grande medida o papel social esperado da mulher era cuidar do espaço privado – leia-se lar e família – enquanto ao homem estava reservado o espaço público e das discussões públicas. Estudos recentes têm mostrado as barreiras estruturais que mulheres intelectuais enfrentaram na tentativa de terem seu trabalho intelectual conhecido e reconhecido. Essas barreiras são marcadas pela criação de mecanismos de desqualificação de variadas naturezas. No caso da História da Historiografia, um dos ramos da

---

<sup>1</sup> Agradeço a Marcelo Abreu, Aniele Almeida e Camilla Cristina Silva pelos diálogos que possibilitaram este trabalho.

História Intelectual, os estudos recentes de Maria da Glória Oliveira (2018) e Ilda Sesquim (2023) evidenciaram os mecanismos utilizados para invisibilizar a produção intelectual de mulheres por meio dos cânones e da memória disciplinar, assim como estratégias utilizadas por elas para driblar as barreiras estruturais. Essa situação se repete no que se refere aos debates sobre patrimônio? Por outro lado, não se está afirmando que a situação da mulher no interior da cultura letrada tenha permanecido a mesma desde a construção da nação brasileira no século XIX, como atesta o importante trabalho de Telles (2004, p. 401- 442).

As revistas trabalhadas funcionarão aqui ora como objetos, ora como fontes de pesquisa, sendo já analisadas por estudos que seguiram vertentes diferentes da nossa. No caso da *Revista do Patrimônio*<sup>2</sup>, o já citado estudo de Silvana Rubino explorou os temas, os espaços de concentração e os períodos históricos privilegiados. Cíntia Silva (2010) identificou os editores, os autores e temas privilegiados, Raul Lanari (2010) analisou a política editorial do periódico durante o Estado Novo e Priscila Faulhaber & André Silva (2019) focaram na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e como se constituíram suas redes de sociabilidade. Já a *Revista de História e Arte* foi objeto da pesquisa de Camila Kézia Ferreira (2014), mas tendo como foco a figura polemista de Augusto de Lima Júnior e as motivações de suas críticas ao SPHAN/DPHAN<sup>3</sup>. Algumas das mulheres que escreveram nesses periódicos também já foram objetos de estudo. Adriana Nakamuta (2010) pesquisou a fundo a participação de Hanna Levy no SPHAN, discutindo as temáticas da história da arte e do patrimônio e a obra organizada por Analucia Thompson (2009) conta com importante entrevista de Judith Martins. Considerando estes aspectos, acredita-se na validade do proposto por nós, na medida em que ainda não foi feita a leitura em conjunto e comparada da presença e participação das mulheres neste debate, usando os marcos teóricos da história dos intelectuais e da história intelectual.

A categoria patrimônio utilizada não é um conceito fechado em si mesmo. Pelo contrário, o recorte estabelecido é justamente do seu momento de constituição e institucionalização no Brasil, portanto, as revistas fazem parte de um contexto onde a definição do que seria o patrimônio, de quais passados seriam convertidos em patrimônio no país estava em disputa. Patrimônio entendido não mais como bem pessoal, e sim como um bem cultural coletivo (CHOAY, 2001; POULOT,

<sup>2</sup> Até seu nono número (1945), recebeu o nome de *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, posteriormente alterado para *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e que se conserva até os dias atuais. Aqui será nomeada simplesmente como *Revista do Patrimônio*.

<sup>3</sup> Entre 1937 e 1946, o nome da instituição foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); de 1946 e 1970 era Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). Manteremos as duas nomenclaturas neste trabalho.

2011). Afinal, o conteúdo semântico de determinados termos ou conceitos não é unívoco e carregam múltiplas interpretações e disputas na realidade social, ou seja, nossa intenção é o estudo da linguagem usada pelos seus autores para conceituar seus acordos (KOSELLECK, 2006).

Não que o ano de 1937 marque o início das discussões patrimoniais no Brasil. Os debates já vinham desde os anos 1920, envolvendo as vertentes neocolonial e modernista (PINHEIRO, 2011) e instituições como a Igreja Católica (SCARPATI, 2014). Em paralelo, essa mesma década vê o surgimento das primeiras normas legais, com amplo diálogo com a legislação estrangeira (CABRAL, 2019). Já a década seguinte, marca a criação das primeiras instituições públicas de âmbito nacional para promover uma política de patrimônio no Brasil, como a *Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional*, em 1934 – instituição essa que viria a ter embates de competência com outra que estava no nascedouro: o SPHAN/DPHAN (MONTENEGRO, 2017).

Mediante o exposto, as questões que emergem caminham no sentido de interrogar essas revistas a partir de novos prismas. Há presença de mulheres nelas? Se sim, em que proporção e como ela se dá? Alguma delas tem maior presença de mulheres? Qual grau de assiduidade de seus escritos nas revistas? Como elas passam a ter acesso a esses meios de publicação? Quais mecanismos utilizam para dotar seus textos de autoridade intelectual? A que contextos seus escritos remetem? Esse mapeamento mais primevo ainda não foi feito e pode apontar novos flancos de pesquisa.

Para finalizar essa breve introdução, parte-se da premissa de que, quando falamos em “texto”, estamos nos referindo ao uso da linguagem marcada por uma tensa interação entre múltiplas implicações de tendências contestatórias, que a vida social e particular é parte de uma estrutura textual e de que em determinados textos há um conjunto de contextos de interação cujas relações entre si são variáveis e problemáticas (LA CAPRA, 1982, p. 49-50).

### **Sobre a historicidade das revistas: considerações sobre os usos como fonte e objeto**

Tracemos, de início, o perfil de cada uma das revistas analisadas. A *Revista do Patrimônio* inicia sua publicação em 1937 e serão analisadas seus 15 (quinze) primeiros números que vão até o ano de 1961. Ela era editada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN/DPHAN. Os textos publicados nela, junto com as viagens e as restaurações, se constituíram como uma das formas de legitimar o tombamento, sendo este o principal mecanismo legal utilizado pela instituição para a preservação do patrimônio dentro do território brasileiro (RUBINO, 1996). A *Revista* tinha

como objetivo “[...] divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo” (ANDRADE, 1937a. Apud: SILVA, 2010, p. 80). Vale ressaltar o amplo reconhecimento internacional que o periódico e seu editor adquiriram ao longo desse tempo, recebendo várias premiações (ANDRADE, 1937a. Apud: SILVA, 2010, p. 89). Deve ser considerado também que a revista sofreu diversas mudanças ao longo do tempo, como, por exemplo, uma abertura temática mais ampla nos 9 (nove) primeiros números para uma maior concentração de temáticas e redução do número de textos por edição a partir do décimo número (ANDRADE, 1937a. Apud: SILVA, 2010, p. 123-124). A consagração do Barroco colonial como metáfora da nacionalidade, como estilo artístico capaz de inserir o Brasil no rol de nações civilizadas, tanto por meio do tombamento quanto na ação museológica era um dos objetivos do SPHAN/DPHAN sobre a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (JULIÃO, 2008).

Já a *Revista de História e Arte* surgiu em 1963, teve curta duração, até 1966, e se destinava “[...] a todas as universidades do mundo Ocidental”<sup>4</sup>. Contou com 7 (sete) números e um Prospecto. Seu editor era Augusto de Lima Júnior, que já havia contribuído para a *Revista do Patrimônio* com 2 (dois) artigos em anos anteriores: *Ligeiras notas sobre a arte religiosa no Brasil*, de 1938, e *A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco*, de 1945. Entretanto, ele acaba se afastando do grupo de intelectuais do SPHAN/DPHAN, pois “[...] a turma do S.P.H.A.N não sabe nem o catecismo<sup>5</sup>”, para fundar a *Revista de História e Arte*, com o objetivo de ser um meio de crítica às políticas do órgão liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essas críticas se concentraram em duas frentes: 1ª nos heróis e mitos selecionados pelo órgão federal de preservação do patrimônio para representar a nação, caso do Aleijadinho, porque isso configuraria certo rompimento com a herança portuguesa e; 2ª à arte moderna que a instituição dirigida por Rodrigo acampava, com seu desejo de ruptura com os preceitos clássicos (FERREIRA, 2014). Portanto, a historiografia da *Revista de História e Arte* se constituiu à margem do principal órgão de preservação do patrimônio no Brasil e de sua publicação, assim como à margem do lugar que rapidamente se consolidou como um outro centro de produção de conhecimento histórico, a universidade (FERREIRA, 2011, p. 283-306).

## O perfil das intelectuais

<sup>4</sup> Carta de Augusto de Lima Júnior a D. Oscar de Oliveira. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 6. Gaveta 2. Pasta 20: Museus. Belo Horizonte. 27/10/1962. Segundo Lima Júnior, a *Revista de História e Arte* era remetida para 32 Universidades da Europa Ocidental e 14 dos principais museus de arte do velho continente (LIMA JÚNIOR, Apud: FERREIRA, 2014, p. 111).

<sup>5</sup> Carta de Augusto de Lima Júnior a Cônego Pedro Terra. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 6. Gaveta 2. Pasta 20: Museus. Belo Horizonte. 07/10/1962. (*Grifo no original*).

Para selecionar quais autoras e textos seriam analisados, cruzamos alguns critérios. A frequência de artigos escritos e a sua quantidade, a abundância de informações disponíveis e que fomos capazes de encontrar sobre determinadas autoras, suas trajetórias - no sentido de ser possível identificar quais relações estabeleciam e como se inseriram em certos debates em voga - e, por fim, a tipologia dos textos – já que alguns são coleções e levantamentos de documentos impondo sérias restrições à abordagem da história intelectual. Assim, selecionamos para análise as trajetórias e os textos de Hanna Levy, Judith Martins e Nair Batista na *Revista do Patrimônio* e Maria Rita de Lima Lustosa na *Revista de História e Arte*.

Dito isso, passa-se a algumas questões enunciadas anteriormente. Conforme se observa na Tabela 1 abaixo, foram 7 (sete) as mulheres a escreverem na *Revista do Patrimônio*: Hanna Levy, Judith Martins, Nair Batista, Hércia Dias, Heloísa Alberto Torres, Maria de Lourdes Pontual, Anêmona Xavier B. de Ferrer. Elas representam 9,3% do total de autores do periódico, que contou com 75 (setenta e cinco) ao todo. As mais assíduas foram as 3 (três) primeiras com um total de 11 (onze) artigos. Na *Revista de História e Arte* foram duas as autoras, como se observa na Tabela 2: Ana Mariana e Maria Rita Lima Lustosa, cada uma com 1 (um) artigo apenas. Elas correspondem a 6% do total, em um contingente de 33 (trinta e três) autores. No periódico do SPHAN/DPHAN, o total de artigos de mulheres é de 15 (quinze) em um universo de 150 (cento e cinquenta), perfazendo 10%; já na *Revista de História e Arte*, os escritos por mulheres somam apenas 2 (dois), em um universo de 130 (cento e trinta) artigos assinados<sup>6</sup>, perfazendo 1,5% do total. Outro dado importante diz respeito à periodicidade dos artigos de mulheres. No caso da *Revista do Patrimônio*, dos 15 (quinze) números analisados havia presença de mulheres em 8 (oito) deles e em 7 (sete) não. Já na *Revista de História e Arte*, dos 7 (sete) números e o Prospecto publicados, em somente 2 (dois) deles havia presença de mulheres e em 5 (cinco) e no Prospecto elas eram ausentes.

**Tabela 1: Revista do Patrimônio**

<b>Autora</b>	<b>Quantidade de artigos</b>	<b>Títulos dos Artigos</b>	<b>Ano/Número</b>	<b>Frequência</b>
Hanna Levy	5(cinco)	1-Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte; 2-A propósito de três teorias sobre o Barroco;	-1940/4; -1941/5;	Assídua

<sup>6</sup> Há 96 (noventa e seis) artigos não assinados na *Revista de História e Arte*. Optamos por não contabilizá-los, apesar de acreditar-se que eles sejam de autoria dos editores do periódico, que no caso eram todos homens (Cf. FERREIRA, *Op. Cit.*, 2014. P. 134).

		3-A pintura colonial no Rio de Janeiro; 4-Modelos europeus na pintura colonial; 5-Retratos coloniais;	-1942/6; -1944/8; -1945/9;	
Judith Martins	3 (três)	1-Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa; 2- Subsídios para a biografia de Manoel Francisco Lisboa; 3- Novos subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa;	-1939/3; -1940/4; -1961/15;	Assídua
Nair Batista	3 (três)	1-Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas); 2- Valentim da Fonseca e Silva; 3-Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência;	-1939/3; -1940/4; -1941/5;	Assídua
Hélcia Dias	1 (um)	1-O mobiliário dos Inconfidentes;	-1939/3;	Não Assídua
Heloísa Alberto Torres	1 (um)	1-Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil;	-1937/1	Não Assídua
Maria de Lourdes Pontual	1 (um)	1-A sacristia da Catedral da Baía e a posição da Igreja Primitiva;	-1940/4;	Não Assídua
Anêmona Xavier de B. Ferrer	1 (um)	1-Monumentos construídos pelos portugueses no Brasil;	-1961/15	Não Assídua
Total	15 (quinze)	x	x	X

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da análise das revistas.

**Tabela 2: Revista de História e Arte**

Autora	Quantidade de artigos	Títulos dos Artigos	Ano/Número	Frequência
Ana Mariana	1 (um)	-O que fazer?;	1963/3 e 4	Não Assídua
Maria Rita L. Lustosa	1 (um)	-Há Trinta Anos... Morro Velho;	1964/ 6	Não Assídua
Total	2 (dois)	x	x	X

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da análise das revistas.

Pensemos por outro ângulo agora. Em meios com tão baixa presença feminina como se deu o processo para que essas mulheres fossem convidadas e/ou tivessem acesso a publicar seus textos? Que tipo de relação elas estabeleceram? Vale ressaltar, preliminarmente, que dada a extrema presença e predomínio de homens um critério que talvez possa ser importante para ter acesso a esses meios de publicação é não ser mulher. De todo modo, essa abordagem parece ser produtiva para se pensar em como se constituem as redes de contato entre esses intelectuais, ou seja, como se materializa uma história dos intelectuais (LILTI, 2014; JEREMY & KEMP-WELCH, 1997; ALTAMIRANO, 2005).

### Entrecruzando trajetórias intelectuais femininas

Iniciemos com aquela que mais escreveu artigos: Hanna Levy<sup>7</sup>. Primeiro é preciso salientar que ela era única estrangeira (origem alemã) de todas as mulheres abordadas<sup>8</sup>. Ela estudou História da Arte na Sorbonne, em Paris, onde se doutorou em 1936. Chegou ao Brasil em 1937, onde permaneceu por cerca de dez anos. Levy teria sido apresentada a Rodrigo por intermédio do jornalista e político Aníbal Fernandes. Era comum na administração da *Revista do Patrimônio* por Rodrigo a estratégia de criar uma rede de intelectuais e por meio deles se atingir outros intelectuais e trazê-los para o grupo do SPHAN/DPHAN. Levy parece ser este caso. Mas é interessante notar que se ela conheceu Rodrigo quando chegou ao Brasil, não significa ter acesso à *Revista* de imediato. Entre 1937 e 1940, ela ministrou aulas de História da Arte para os funcionários do órgão. Segundo Judith Martins, quando Levy chegou ao Brasil e foi contratada por Rodrigo Melo Franco de Andrade “[...] ela não sabia nada de arte brasileira. Então Dr. Rodrigo nos fez frequentar a antiga Universidade do Distrito Federal, para estudar arte brasileira num curso que o José Mariano Filho dava” (THOMPSON, 2009, p. 40). Ou seja, só a partir dessa experiência é que ela publica seu primeiro texto, ainda 1940, com o título *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte*, um trabalho de cunho teórico-metodológico. Dito de outro modo, quando Levy chega ao Brasil ela já tinha certo reconhecimento pelo seu trabalho intelectual acerca da História da Arte, mas a arte brasileira não lhe era familiar.

Nas edições posteriores, conforme se viu na Tabela 1, os artigos de Levy se tornaram constantes, tendo publicado um texto em cada um dos respectivos anos: 1941, 1942, 1944 e 1945.

<sup>7</sup> Conforme as informações de: SILVA *Op. Cit.* 2014, p. 106 e NAKAMUTA *Op. Cit.* 2010, p. 19-48 (THOMPSON *Op. Cit.*, 2009, p. 27-61).

<sup>8</sup> Conforme apontado por alguns autores, era do interesse do editor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que autores estrangeiros publicassem na Revista como forma de aumentar a credibilidade do periódico. Ver, entre outros: Faulhaber & Silva, 2019.

De forma correlata, ela também se ocupou de realizar pesquisas e inventários das imagens sacras do Rio de Janeiro. Fora do espaço institucional do SPHAN, ministrou aulas na Escola Livre de Estudos Superiores e na Fundação Getúlio Vargas, ambas no Rio de Janeiro. Em 1948, emigrou para os Estados Unidos, onde também lecionou História da Arte na *New School for Social Research*.

Os escritos de Levy na *Revista* foram extensamente estudados (NAKAMUTA, 2010), principalmente no que tange a sua inserção nas discussões sobre aquele que seria o estilo artístico privilegiado pela política do SPHAN/DPHAN: o Barroco. Desta forma, só faremos alguns apontamentos gerais sobre seus textos. De modo geral, eles apresentaram uma tipologia teórico-metodológica e forneceram subsídios para se pensar em como analisar o Barroco colonial, ou seja, suas especificidades perante o que se fazia na Europa. Estão presentes também as citações de documentos e notas de rodapé.

Destaco as notas de rodapé como um aspecto importante na construção da autoridade no interior de seus textos. Se nos dois primeiros textos, ela sempre se reporta nas notas a autores estrangeiros e homens, principalmente, em *A pintura colonial no Rio de Janeiro*, de 1942, ela cita outras autoras que escreviam na própria *Revista*, como os estudos de Nair Batista – nota de rodapé nº 3, na página 10 - e Judith Martins – nota de rodapé nº 4, na página 11 - publicados na edição do ano anterior, reforçando o caráter de Academia dentro da *Revista do Patrimônio*, ou seja, “[...] permanente clima de discussão, de troca de informações, de leitura crítica dos textos então escritos, o que é típico de uma academia” (VELOSO, 1996, p. 77). Entretanto, elas são as únicas citadas por Levy, sendo homens todos os outros 20 (vinte) autores mencionados. Por fim, nos dois artigos subsequentes de Levy, *Modelos europeus na pintura colonial*, de 1944, e *Retratos coloniais*, de 1945, não há mulheres em suas referências.

Prosseguindo, tem-se o caso de Judith Martins<sup>9</sup>. Ela pode ser considerada uma autora formada pelo próprio SPHAN/DPHAN. Explicando melhor, mineira de Juiz de Fora e tendo como formação inicial o curso de contabilidade, fora apresentada a Rodrigo por um amigo em comum quando soube que uma nova repartição pública estava sendo organizada. Inicia suas atividades no órgão na função de datilógrafa e pouco entendia da temática patrimonial. A função de secretária pessoal de Rodrigo permitiu a ela participar de cursos e se inteirar teoricamente das questões ligadas ao patrimônio e à História da Arte. Um dos cursos de que participou foi ministrado por Afonso Arinos e chamado de *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*.

<sup>9</sup> Conforme as informações de: SILVA *Op. Cit.* 2014, p. 106 e THOMPSON. *Op. Cit.* 2009.

Quanto aos seus 3 (três) textos, o primeiro deles, *Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas)*, é de 1939 e apresenta extenso levantamento bibliográfico sobre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Judith assim recordou este fato “Quer dizer, em dois anos, de 1936 para 1938, já publicando um artigo! Foi a primeira bibliografia publicada, comentada, sobre o Aleijadinho. Em 1938” (THOMPSON, 2009, p. 39). Em outro texto, no ano seguinte, ela lista alguns apontamentos sobre a biografia de Manoel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho. Passou 21 anos sem publicar, só voltando a fazê-lo em 1961 – pouco sabemos das motivações desse interregno –, em um texto onde apresenta novos elementos sobre a trajetória de Manoel Francisco Lisboa.

Vale notar que este último texto foi apresentado como comunicação no *IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado na Bahia, em 1959, assim recordado por ela: “Foi a apresentação de um trabalho sobre o pai de Aleijadinho. Trabalho inédito, não havia nada publicado sobre ele. [...] Minha participação lá foi só a apresentação e discussão do trabalho” (THOMPSON, 2009, p. 54). Ou seja, parece digno de nota certa ascensão intelectual de Judith Martins no interior do SPHAN/DPHAN e fora dele, saindo da condição de secretária pessoal, com formação inicial em contabilidade, de Rodrigo Melo Franco de Andrade no final dos anos 1930 para uma intelectual com trabalhos inéditos apresentados em eventos de caráter científico internacionais e dialogando – como se verá – com outras autoridades intelectuais estrangeiras sobre as temáticas da história da arte, do Barroco e de suas personagens principais.

Analisemos, por outro lado, esses dois textos sobre Manoel Francisco Lisboa, tentando identificar alguns debates que o permeavam. Entramos aqui no campo da história intelectual, onde a análise do conteúdo das obras e dos textos é fundamental (SKINNER, 1999; POCOCK, 2003; BARING, 2016; MEYRS, 2008; LA CAPRA, 1982). Primeiro ponto é que seu objeto de estudo (Manoel Francisco Lisboa), a temática em discussão (Barroco), o período histórico (séc. XVIII) e o espaço (Minas Gerais) estão em consonância com o grosso dos estudos, publicações e as práticas de tombamento da instituição. Conforme Rubino (1996), dos 687 tombamentos realizados entre 1938 e 1967, nada menos que 377 (54,7%) se referem ao período histórico do séc. XVIII. Em termos espaciais, Minas Gerais concentrou 165 (23,9%) dos tombamentos.

Analisando os dois textos, o ponto de partida do primeiro, *Subsídios para a biografia de Manoel Francisco Lisboa*, era a defesa de Manoel Francisco Lisboa como arquiteto genial e a comprovação de que ele era pai de Aleijadinho (lembramos que o primeiro texto de Martins na *Revista* era sobre Aleijadinho), isso porque recentemente teriam aparecido “[...] escritores a contestar o merecimento de Manoel Francisco Lisboa, qualificando-o de simples carpinteiro, ou

pedreiro rude, autor de obras grosseiras e sem interesse maior” (MARTINS, 1940, p. 129-130). Quem seriam esses escritores? Não há pistas no texto que permitam responder essa questão.

Retomemos, por outro lado, a questão da autoridade intelectual. Entre os citados por Martins, encontram-se Manuel Bandeira, Francisco Antônio Lopes, Salomão de Vasconcelos, Luiz Jardim e outros. Nota-se que suas referências eram basicamente homens, o que dá uma dimensão da dificuldade de inserção e escassez de mulheres nesse meio intelectual. Outro aspecto, nesse sentido, são as citações de fontes históricas e, muitas vezes, a transcrição inteira de documentos<sup>10</sup> - algo bastante comum na *Revista do Patrimônio* e exigido pelo editor Rodrigo Melo Franco de Andrade - e notas de rodapé. Esse dado é relevante porque nem todos os autores que contribuíram na *Revista* o fizeram, como Augusto de Lima Júnior.

Já no texto de 1961, *Novos subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa*, outros elementos são mobilizados. Agora, sua reivindicação é de que Manoel Francisco Lisboa teria participação importante nas construções religiosas e civis do século XVIII em Minas Gerais “[...] quer como arquiteto, quer como ‘mestre e avaliador de obras reais’”(MARTINS, 1961, p. 113), além de mostrar aspectos de sua vida antes de chegar à Minas Colonial – teria acontecido em 1724 -, durante o período que vivia em Portugal, sua terra natal. Só que desta vez fica claro a quem Martins combatia intelectualmente. Tratava-se do francês Victor L. Tapié, “autor abalizado”, que havia recentemente publicado (1957), na França, a obra *Baroque et Classicisme*, onde o mesmo reconhecia vários trabalhos de Manoel Francisco Lisboa, mas colocava em dúvida se nestes trabalhos ele teria atuado como arquiteto ou mero decorador.

Tentemos elucidar alguns aspectos desse texto de Martins, atentando-nos para dois fatores: como ela constrói a autoridade intelectual no interior de seu texto para rebater a tese de Tapié e como ela articula e se insere com esse texto em um debate intelectual transnacional sobre os temas suscitados. A autora repete alguns elementos dos textos anteriores, como a extensa citação de fontes históricas. Nota-se no texto também que muitas vezes houve correções de última hora no que foi escrito em função de novas descobertas documentais.

Chama a atenção que a autora cita poucos especialistas neste texto, concentrando-se mais nas fontes. Um dos poucos citados é o primeiro biógrafo de Aleijadinho, Rodrigo José Ferreira Bretas, cujo livro data de 1858, e que não sem coincidência era bisavô de Rodrigo Melo Franco de Andrade, chefe imediato de Martins na instituição. Não se está sugerindo, entretanto, que haja uma determinação absoluta de Melo Franco sobre o escrito de Martins, mas Rodrigo era editor e entre

---

<sup>10</sup> Prática comum nos estudos históricos no Brasil, remetendo ao IHGB no século XIX. Segundo Silva (2010), cerca de 20% dos artigos da *Revista do Patrimônio* no período pertenciam a essa tipologia.

suas funções estava justamente selecionar, revisar e supervisionar o que se vai publicar. A própria Martins afirmava que Rodrigo funcionava como grande incentivador (THOMPSON, 2009). Pelo contrário, naquele momento a biografia de Bretas tinha amplo reconhecimento intelectual e era obra de referência<sup>11</sup>. E, por outro lado, o objetivo aqui é outro: tentar identificar como a autora constrói um espaço de autonomia intelectual no interior do texto e com que contextos ela dialoga (LA CAPRA, 1982).

O outro autor citado é Germain Bazin, mas agora para embasar seu argumento sobre a história de Manoel Francisco Lisboa antes de atravessar o Atlântico e chegar a América Portuguesa afim de saber se ele “[...] teria prestado exame de ofício em sua terra natal e executado ali alguma obra expressiva [...]” (MARTINS, 1961, p. 114). Continuamos no terreno de uma história intelectual que transborda as fronteiras do estado-nação (MOYN & SARTORY, 2016; BARING, 2016), mostrando que Martins estava conectada com redes intelectuais internacionais que debatiam o Barroco e a utilização de Bazin - curador do Museu do Louvre e que nos anos 1950 e 1960 estava escrevendo vários livros sobre o barroco mineiro, o Aleijadinho e a arquitetura religiosa no Brasil, enaltecendo o caráter original e universal deste estilo artístico – evidenciava como ela procurava se inserir nesse debate e tornar seu texto dotado de autoridade intelectual.

Ou seja, Martins dialogava com diferentes matrizes intelectuais, seja com autores que tinham relação de parentesco com Rodrigo Melo Franco de Andrade, com historiadores mineiros reconhecidos naquele período (Diogo de Vasconcelos e Salomão de Vasconcelos), artistas, arquitetos e intelectuais como Manuel Bandeira e Lúcio Costa bem como autores internacionais como Tapié e Bazin, tentando se colocar em pé de igualdade no debate intelectual sobre História da Arte, Patrimônio, Barroco e personagens principais desse universo como Aleijadinho e Manuel Francisco Lisboa. Finalmente, como contraponto à análise feita dos textos de Hanna Levy, Judith Martins não menciona mulheres como referência em nenhum dos 3 (três) textos que ela publica na *Revista*.

A terceira autora a se analisar é Nair Batista<sup>12</sup>. Pouco se sabe sobre sua trajetória e origens, apenas que era funcionária técnica do SPHAN no Rio de Janeiro. Ela escreveu 3 (três) artigos no recorte proposto e seus estudos versavam sobre arte colonial brasileira, especialmente os trabalhos

---

<sup>11</sup> A apropriação da obra de Bretas pelo SPHAN é destacada por Guiomar de Grammont. Segundo a autora, “Uma das tarefas que mais ocuparam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi a pesquisa e a reunião de documentos relativos ao Aleijadinho, peças que pudessem corroborar os dados contidos na biografia de Bretas” (GRAMMONT, 2008, p. 159). Em outro sentido, a desconstrução da biografia de Ferreira Bretas foi um dos pilares editoriais da *Revista de História e Arte* a partir de 1963. ver: FERREIRA *Op. Cit.*, 2014.

<sup>12</sup> Conforme as informações de SILVA *Op. Cit.* 2014, p. 106 e LANARI, 2010, p. . 116.

realizados por Caetano da Costa Coelho e Valentim da Fonseca, para os quais fez ampla pesquisa junto aos arquivos eclesiásticos no Rio de Janeiro. O caso dela se assemelha ao de Judith Martins, no sentido de ter sido incentivada por Rodrigo Melo Franco de Andrade a escrever e publicar suas pesquisas e de que alguém formada no interior do SPHAN/DPHAN. Para os nossos propósitos, focaremos no texto *Valentim da Fonseca e Silva*, de 1940, mas sempre nos remetendo ao primeiro *Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas)*, de 1939 - basicamente uma compilação de bibliografias para quem pretende iniciar o estudo sobre os pintores do Rio Colonial – e o último, *Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência*, de 1941.

Tal texto se inicia com a autora fazendo discussão bibliográfica com autores listados por ela no texto anterior, como Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Moreira de Azevedo, para apontar algumas inconsistências no que escreveram sobre Mestre Valentim, entre elas a data da morte do artista e outras ligadas à sua obra. A autora passa a listar os arquivos percorridos em busca de informações, descrevendo todo o trabalho de pesquisa empreendido como forma de dotar seu texto de autoridade. Destaco, em relação às questões ligadas à obra, a discussão a respeito do Altar da Piedade da Igreja de N. S. do Parto. Ela afirma que quer prestar alguns “esclarecimentos”, pois este altar estaria sendo “atribuído insistentemente a Valentim” por José Mariano Filho (BATISTA, 1940, p. 321). Para combater a fala de Mariano Filho<sup>13</sup>, a autora recorre a um testemunho do Reverendo padre Frota Gentil, reitor da Igreja N. S. do Parto, depois vai ouvi-lo pessoalmente, procura ainda Agenor Noronha Santos, que era “[...] uma espécie de enciclopédia para Rodrigo Melo, a quem sempre recorria quando tinha dúvida a respeito da história de algum bem a ser tombado pelo SPHAN” (FAULHABER; SILVA, 2019, p. 161), expõe fotografias de vários documentos e de algumas das igrejas e capelas e, por fim, recorre à Seção Técnica do SPHAN para concluir que nem a madeira e nem a técnica utilizada “[...] apresentam características de madeira ou trabalho antigo” (BATISTA, 1940, p. 325).

Como nem sempre a data estampada na capa da *Revista* correspondia de fato ao ano que ela foi publicada (SILVA, 2010), em agosto de 1941, portanto no período entre a publicação dos dois últimos textos, José Mariano Filho envia uma carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Vale a pena conferir o que ele diz:

---

<sup>13</sup> Líder do grupo ou da tendência Neocolonial. Conforme Pinheiro (2011), nos anos 1920 o grupo se caracterizou por intenso intercâmbio, similitudes e personagens em comuns com os modernos. Já nos 1930, com a criação do SPHAN, embates ficaram mais explícitos, apesar de comungarem da defesa da arquitetura colonial do séc. XVIII. Advogavam um mergulho no passado e diante dele manter atitude de submissão e imitação. Ver: VELOSO *Op. Cit.*, 1996, p. 80. Vale lembrar, para finalizar, que vários autores da *Revista do Patrimônio* frequentaram o curso de Mariano Filho sobre arte brasileira na Universidade do Distrito Federal, entre elas Hanna Levy.

Rodrigo,

*Por cinco fontes distintas* fui avisado de que você havia deliberado – com a ajuda da guarda de ferro que constitui o corpo de conselheiros do SPHAN – as delícias de zelador remunerado do patrimônio de arte da nação – assunto pelo qual você jamais devotara a mais leve e ingênua curiosidade. *Sob o pseudônimo de Nair, aparece você convenientemente resguardado pelos encantos de uma senhora a me endereçar picuinhas covardes.* Dentro do próprio Serviço sabe-se abertamente que você executa, corrige, apara e remenda os artigos de seus colaboradores.

Quero que fique certo de que estou disposto a enfrentar sozinho o seu despeito, embaçado e dissimulado, venha de onde ele vier. Até agora, só generosas razões sentimentais me fizeram adiar o dia de mostrar ao público os efeitos calamitosos de sua desastrada gestão. Vaidoso e incompetente, obrigado por ignorância a servir de instrumento ao ódio de comunistas infiltrados no serviço de patrimônio, a um sacrificado programa pelo qual me bati durante vinte anos (FILHO, 1941, fl.6, *grifo nosso*).

Entre as várias questões que podem ser discutidas, a que nos interessa diz respeito à extrema desqualificação do trabalho intelectual de Nair Batista para criticar Melo Franco, como se ela não possuísse capacidade intelectual ou certo grau de autonomia perante o diretor do SPHAN/DPHAN e o fato de, a julgar pelo teor da carta, Mariano Filho nem sequer ter lido o texto dela, já que foi informado do conteúdo do mesmo por “Por cinco fontes distintas”. É fato que pouco sabemos da relação do editor Rodrigo com Nair Batista – o que dificulta compreendermos mais detidamente qual grau de autonomia intelectual ela teve - e devemos atentar que a ação de Rodrigo como editor variava conforme seus interesses e círculos de amizade, como no caso envolvendo Gilberto Freyre e o engenheiro Luíz Saia, em que o chefe do SPHAN atuou em favor do autor de *Casa-Grande & Senzala*, pois o texto escrito por Saia seria elaborado demais<sup>14</sup>. Outro elemento para se pensar é o fato de Nair Batista não ter mais publicado na *Revista do Patrimônio* após 1941. Qual o motivo? Não sabemos. De toda maneira, a forma pela qual Mariano Filho se referiu a Batista nos parece bastante reveladora dos modos muitas vezes desonestos pelos quais se davam às críticas ao trabalho intelectual de grupos subalternizados como mulheres e como a desqualificação do trabalho intelectual feminino era utilizada para criticar e/ou atacar outras pessoas.

Como último ponto, gostaria de ressaltar diferenças e semelhanças entre as trajetórias e textos de Hanna Levy, Nair Batista, Judith Martins. A despeito de a *Revista do Patrimônio* circular em pelo menos 39 órgãos internacionais, entre bibliotecas escolares e universitárias, arquivos, museus, faculdades e organismos culturais, como a Unesco (SILVA, 2010, p. 77), Judith Martins parece ter se apropriado mais e tentado dialogar com a produção intelectual internacional sobre a história da arte e o Barroco, ao se referir a autores de fora do território nacional como Bazin e Tapié; já nos escritos de Nair Batista suas referências estão sempre em âmbito nacional. Por outro lado, a trajetória de Levy por si mesma extrapolava as fronteiras nacionais e seus textos iniciais são

---

<sup>14</sup> O caso é descrito e analisado por Faulhaber & Silva *Op. Cit.* 2019, p.157-159.

de diálogo com a produção intelectual internacional, somente a partir de seu terceiro texto é que ela passa a dialogar com a bibliografia produzida no Brasil.

Se observarmos, os textos Martins & Batista são, em maioria, do gênero narrativo biografia, os de Levy são de outro perfil, já que pretendiam dotar de legitimidade teórico-metodológica a especificidade do Barroco colonial. Um possível caminho para futuras pesquisas é verificar de que modo essas biografias escritas por elas dialogam com a cultura histórica do momento e com outras biografias, incluindo as religiosas (PIRES, 2017), que eram publicadas nesse período no Brasil, percebendo seus estilos narrativos e como se tornam meios de legitimação de projetos político-culturais.

Por fim, mudemos para a *Revista de História e Arte*. Analisaremos a trajetória e o texto de 1964 *Há Trinta Anos... Morro Velho*, de Maria Rita de Lima Lustosa. Iniciemos com o tamanho do texto, bastante curto (3 páginas), mas em consonância com grande parte dos textos do número 6 da *Revista de História e Arte*. À título de comparação, os textos da *Revista do Patrimônio* eram bem maiores - dificilmente menos que 10 (dez) páginas até o número 9 (nove) e entre os números 10 (dez) e 15 (quinze) ainda maiores, com pelo menos 50 (cinquenta) páginas, ou seja, um perfil mais monográfico.

Mas quem era Maria Rita de Lima Lustosa e o que a fez ter acesso a publicar seu texto? Do pouco que sabemos, nascida em 1930, portanto com 34 (trinta e quatro) anos ao publicar seu texto, e irmã<sup>15</sup> de Augusto de Lima Júnior, editor da *Revista de História e Arte*<sup>16</sup>. Não sabemos de suas atividades intelectuais anteriores à publicação do texto, apenas que em 1977 viria a publicar a obra *Quarta-Feira do ano passado*, um livro de memórias.

Passemos agora à análise do texto tentando identificar como ela constrói a autoridade intelectual. Ela o inicia descrevendo a chegada da *St. John D'El Rey Mining Company Limited* à localidade de Morro Velho, pertencente ao município de Nova Lima - MG, em 1841. A empresa inglesa visava a exploração de ouro na localidade e o texto passa a descrever todo o processo para ela de fato se instalar, incluindo aí uma incursão sobre as dificuldades e melhorias técnicas implementadas pelos ingleses para tornar o negócio mais rentável. O texto como um todo é um elogio aos ingleses pela sua ação benemerita, seres dotados de “elevação moral”, que recomendava ainda que “[...] fôsse dado aos escravos tratamento compatível com sua natureza humana de Filhos de Deus”, focando uma dinâmica de integração e solidariedade entre os dois povos, já que “[...]”

<sup>15</sup> Renato Augusto de Lima também era irmão de Augusto de Lima Júnior e publicou 5 (cinco) textos na *Revista de História e Arte*. Porque Maria Rita de Lima Lustosa só publicou 1 (um) texto e seu irmão Renato 5 (cinco)?

<sup>16</sup> Conforme sítio na internet [Memória de Família](#) e também: TAVEIRA, s/a In: [IHGMG](#).

Inglêses e brasileiros estavam sobre a mesma bandeira que é a da solidariedade humana” e ainda certo papel civilizador da empresa, haja vista que teria vindo tirar a localidade da “pasmaceira e atraso<sup>17</sup>” em que vivia. A temática geral do texto não dialoga com as duas principais linhas editoriais da *Revista*: desconstruir a figura do Aleijadinho e criticar a arte moderna, ambas defendidas pelo SPHAN/DPHAN.

Se nos artigos das autoras da *Revista do Patrimônio* abundavam citações e notas de rodapé, evidenciando os documentos utilizados para sustentar as teses defendidas, no texto de Lima Lustosa elas inexistem. De onde então viria a autoridade para falar sobre esse passado? Acredita-se que sua autoridade viria de uma tradição memorialística. Nesse sentido, façamos um pequeno exercício de cruzar este texto com os de seu irmão Augusto de Lima Júnior na *Revista do Patrimônio, Ligeiras notas sobre a arte religiosa no Brasil*, de 1938, e *A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco*, de 1945. No primeiro, não há menção aos documentos ou a arquivo algum; já no segundo, o autor cita documentos que ele teria, mas não os evidencia no texto. Suas citações, quando acontecem, são incompletas, ele fala de forma genérica sobre documentos como se vê nesse trecho “A descrição da igreja da Congregação do Oratório do Recife é assim feita nos documentos que nos reportamos” (LIMA JUNIOR, 1945, p. 342, *grifo nosso*). Cruzemos também com os de seu outro irmão, Renato Augusto de Lima, na *Revista de História e Arte*. Nos 5 (cinco) textos de Renato também não constam citações e notas de rodapé. Deste modo, parece crível afirmar que Lima Lustosa praticava em sua escrita histórica algo recorrente em seu universo familiar.

A verdade do passado e a fonte de autoridade não viriam de documentos ou citações, necessariamente, mas em certa memorialística, onde a palavra do historiador teria função de verdade e essa verdade viria inclusive de um testemunho ocular, haja vista que ela inicia o texto como se tivesse indo a Morro Velho por estrada ferroviária. Esse tipo de produção historiográfica que se associa ao memorialismo para a produção de conhecimento, ancorado em uma história particular/regional e com recorte espacial específico era bastante comum em Minas Gerais e fazia parte do projeto historiográfico do Arquivo Público Mineiro (ARAUJO & MEDEIROS, 2007, p. 22-37). Acrescento ainda que esse testemunho ocular é marcado por certa “experiência sentimental” em relação à terra mineira, o pertencer a essa terra é utilizado como método de legitimação e autoridade do texto historiográfico (FERREIRA, 2014, p. 36-38).

Dito de outro modo, a autoridade de seu texto vem de uma prática familiar, da experiência sentimental de pertencer à terra ancorada em um testemunho ocular e de um modelo de escrita

---

<sup>17</sup> Todos os trechos estão em: Lustosa, 1964, nº 6, p. 67.

historiográfica baseado no memorialismo e institucionalizado pelo Arquivo Público Mineiro, o que era o oposto ao da *Revista do Patrimônio*, ainda que no periódico editado por Rodrigo Melo Franco de Andrade esse tipo de texto por vezes possa ser encontrado<sup>18</sup>.

Para finalizar, gostaria de destacar um aspecto do texto de Lima Lustosa relacionado ao papel das mulheres no mundo do trabalho. Eis o trecho:

Sobre a Mina corre uma lenda que de fato é uma realidade: *toda vez que uma mulher a percorre, desastre certo*. Os acidentes verificados foram tantos, que deram origem a *uma proibição às mulheres* de lá entrarem sob qualquer pretexto. Não se revestiu de sobrenaturalidade o que lá acontecia, pois é bastante explicável que *o fato da presença feminina no local de trabalho, desperte a atenção dos operários que por isso se distraem ocasionando transtornos sérios* (LUSTOSA, 1964, p. 68, grifo nosso).

Em que se basearia tais afirmativas da autora acerca da presença feminina em locais de trabalho como em áreas de mineração? Para a Lima Lustosa, o fato de terem proibido a entrada de mulheres na mina confirma a veracidade da lenda, tornando-a real. O texto parece querer buscar no passado uma justificativa para afirmar que a presença de mulheres em certos locais de trabalho não é adequada – algo que já estava acontecendo desde pelo menos os anos 1940 com a urbanização e industrialização do país -, como se houvesse locais de trabalho que só podem ser frequentados por homens, que há locais que não são próprios para o trabalho feminino, haja vista que as mulheres despertariam “[...] a atenção dos operários que por isso se distraem ocasionando transtornos sérios”. O texto silencia sobre outros motivos (os reais?) dos acidentes de trabalho, sobre as condições de vida dos trabalhadores, haja vista que muitos deles eram escravizados. Pelo contrário, como vimos, ao falar do trabalho escravizado, o texto procura suavizá-lo, desfocando seu caráter violento, pois era preciso que “[...] fôsse dado aos escravos tratamento compatível com sua natureza humana de Filhos de Deus”.

### Considerações finais

Ao iniciar este texto, li um pequeno artigo de opinião no jornal *O Estado de São Paulo* de Yussef Campos (2020), chamando a atenção para certo silêncio da historiografia sobre o papel das mulheres na construção do patrimônio histórico e cultural brasileiro, notadamente aquelas que integraram os quadros do SPHAN/DPHAN. Tentei contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da produção intelectual de algumas dessas autoras e fazer um contraponto com o caso de

<sup>18</sup> Além dos já citados textos de Augusto de Lima Júnior, tem-se a figura de Salomão de Vasconcelos. Ele escreveu 6 (seis) textos na *Revista do Patrimônio* e um deles, *Um velho solar de Mariana*, de 1939, é marcado por ausência completa de fontes e citações. Os demais textos dele seguem o método de citação de fontes e referência a arquivos.

uma mulher ligada a um grupo de oposição intelectual – o que gravitava em torno da *Revista de História e Arte* - ao órgão federal de preservação do patrimônio. Uma constatação importante é que essas mulheres não transitavam entre as diferentes publicações, ficando cada uma restrita ao seu grupo intelectual. Nossa abordagem também tentou evidenciar a complexidade de situações que envolviam a história dessas mulheres, assim como dos seus escritos. Escritos estes que dialogaram com diferentes contextos e que podem ser pensados a partir de diferentes prismas.

Uma das estratégias utilizadas de identificar se essas intelectuais citavam umas às outras apresenta limites em dois sentidos: o primeiro tem a ver com o fato de parte delas ter tido papel de pioneira em seus campos de estudos, ou seja, seria realmente difícil encontrar outras mulheres que já tivessem estudado e pesquisado determinados temas e objetos; o segundo se relaciona com a ausência de citações diretas – caso de Maria de Lima Lustosa –, onde foi necessário recorrer a outros mecanismos da história intelectual para tentar compreender certas questões.

Mediante tudo que expusemos, a afirmativa de Jorge Meyers (2008) sobre um dos elementos centrais na história intelectual da América Latina, a saber, a vedação de acesso aos meios letrados para grupos subalternizados como mulheres, negros e indígenas, parece se confirmar quando se analisam as publicações da *Revista do Patrimônio* e da *Revista de História e Arte*. Mas, também, algumas das que tiveram acesso aos meios de publicação sofreram críticas e ataques pessoais que desqualificavam seu trabalho intelectual – lembremos do caso de Nair Batista.

A década de 1920 marca, na América Latina, a emergência do intelectual moderno. Uma das novidades trazidas por esse fenômeno é a questão da missão civilizadora, modernizadora e secularizadora que intelectuais advogavam para si, ou seja, se reconheciam como uma elite geradora de discursos, explicações e representações secularizadas sobre a sociedade (FUNES, 2014). Esta missão civilizadora fica bastante clara nos objetivos das duas revistas e perpassa inclusive alguns dos textos analisados. Civilização, uma palavra e muitos significados, já nos lembrava Jean Starobinsky (2001). De quais modelos de civilização tratam os textos dessas mulheres?

A resposta foge dos propósitos desse texto, e é fato que os grupos em torno da *Revista do Patrimônio* e da *Revista de História e Arte* apresentavam diferenças e as autoras que escreveram nelas também eram distintas, mas gostaria de sugerir, e apenas sugerir, que talvez um elemento as unisse: aquele que diz respeito ao passado eleito para se converter em patrimônio nacional, ou seja, aquele passado onde o legado colonial português na formação do Brasil era elogiado e louvado ou, mais amplamente, o legado europeu e cristão. Não que ele fosse o único legado valorizado, mas era,

sobretudo, o mais ressaltado, colocado no topo numa hierarquia de valores. Tais autoras e periódicos estão inseridos em uma perspectiva de conhecimento eurocêntrica, ou seja, parte de sua lógica de raciocínio é marcada pela colonialidade do saber (QUIJANO, 1992). O grupo ligado à *Revista do Patrimônio* acreditava que o Brasil se inseriria no rol de nações civilizadas com a consagração do Barroco como estilo artístico representativo da nacionalidade e o grupo vinculado à *Revista de História e Arte* pressupunha que a verdadeira civilização era aquela marcada pela arte sacra de matriz cristã, aquela “[...] arte inacessível aos modernos, que não tem nem a clareza e pureza dos primitivos, nem a exuberante precisão dos clássicos” (LIMA JÚNIOR, *Apud*: FERREIRA, 2014, p. 186). Assim, o elogio ao legado português e europeu e cristão na formação brasileira parece assumir diferentes modos e outros passados disponíveis, passados que representavam uma multiplicidade de possibilidades de existência (BENJAMIN, 1985) de grupos subalternizados, foram silenciados, enquadrados ou colocados numa hierarquia de valores.

## Referências

- ALTAMIRANO, Carlos. Introducción al *Facundo*. In: **Para un Programa de Historia Intelectual y Otros Ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 25-61.
- ARAUJO, V. L.; MEDEIROS, Bruno Franco . A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, p. 22-37, 2007.
- BARING, Edward. Ideas on the Move: Context in Transnational Intellectual History. **Journal of History of Ideas**, v. 77, n. 4, 2016.
- BENJAMIN, Walter. Sobre O conceito de História. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985, volume I, p. 222-232.
- CABRAL, R. C. A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira. **Anais do Museu Paulista**, v. 27, p. 26-41, 2019.
- CHAGAS, M. S.; ABREU, R. (Org.) . **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.
- CHUVA, M. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, 2003, p. 313-333.

- FAULHABER, P. & SILVA, A. Narrativas sobre o patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade, redes de sociabilidade e a escrita do patrimônio na Revista do Patrimônio (1937- 1945). **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.. 51, p. 166, 2019.
- FERREIRA, C. K. R. **A polêmica como patrimônio**: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates da política patrimonial (1930-1966). Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, 2014.
- FERREIRA, M. M.; SILVA, N. L. . Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, v. 2, p. 283-306, 2011.
- FUNES, Patrícia. Intelectuales y compromiso. **Historia Mínima de Las Ideas Políticas en América Latina**. México, D.F. El Colegio de México, 2014, p. 227-228.
- GONÇALVES, J. R. S. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.
- GRAMMONT, Guiomar de. **O Aleijadinho e o Aeroplano**: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio**, n. 34, p. 91-111, 2012.
- JULIÃO, L. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**: museus e identidade nacional no Brasil. Tese (Doutorado em História), Belo Horizonte: Universidade Feral de Minas Gerais - UFMG, 2008.
- HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. *In: A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva & Guacira Louro. 11ª Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 23-46.
- JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. *In: Los Trabajos de la Memória*. Madri: Siglo XXI, 2002. p. 99-115.
- JEREMY, Jennings Ralph, KEMP-WELCH, Antony . The Century of the Intellectual. *In: JEREMY, Jennings Ralph, KEMP-WELCH, Antony (Dir). Intellectuals in Politics*. From the Dreiffus Affaire to Salman Rushdie. London: Routledge, 1997. p. 1-21.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reding Texts. *In: LA CAPRA, Dominick, KAPLAN, Steven (Org.). Modern European Intellectual History*. Ithaca : Cornell University Press, 1982. p. 47-85.
- LANARI, R. **O patrimônio por escrito**: a política editorial do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o estado novo (1937-1946). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2010.

LILTI, Antoine. Does Intellectual History Exist en France? *In*: MCMAHON, Darrin, MOYIN, Samuel (Org.). **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2014. p. 56-73.

LONDRES, C. A invenção do patrimônio e a memória nacional. *In*: BOMENY, Helena (Org.) **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 85-103.

MAGALHÃES, A. M. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista**, v. 25, p. 233-290, 2017.

MEYRS, J. Introducción al Volume I. Los Intelectuales latinoamericanos desde la colônia hasta el inicio del siglo XX. *In*: MEYRS, Jorge, ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina**. La Ciudad Letrada, de La Conquista ao Modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p.29-50.

MOYIN, Samuel, Sartory, Andrew. Approaches to Global Intellectual. *In*: MOYIN, Samuel, Sartory, Andrew. **History Global Intellectual History**. New York: Columbia University Press, 2013. p. 3-30.

NAKAMUTA, A. S. Hanna Levy: Ensino e Pesquisa em História da Arte (1937-1948). **Hanna Levy no SPHAN: História da Arte e Patrimônio**. 1ª. Ed. - Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. p. 19-48.

NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 45-67, 2014.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **Hist. Historiografia**, v. 11, n. 28, dez. 2018.

PINHEIRO, M. L. B. **Neocolonial, Modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da USP/Fapesp, 2011.

PIRES, T. Para além da escrita hagiográfica: biografias católicas e cultura histórica no Brasil em fins do século XIX e início do XX. **História da historiografia**, v. 9, n. 22, 2017, p. 214-224.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998, p. 141-157.

POCOCK, J. O estado da arte. *In*: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003. P. 9-62.

POULOT, Dominique. Cultura, História, Patrimônio e Museus. **Varia História**, v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidade/razionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20. 1992.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio**, n. 24, p. 97-105, 1996.

SCARPATI, R. B. **Para a glória da Roma Mineira**: Museu Arquidiocesano de Mariana (1926-1964). Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, 1990, p. 5-22.

SESQUIM, Ilda. "A obra dele é a minha própria": Lêda Boechat Rodrigues e o lugar do feminino na história da historiografia brasileira. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, 2023.

SILVA, C. C. **Revista do Patrimônio**: editor, autores e temas. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC/FGV, 2010.

SKINNER, Q. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

STAROBINSKI, J., 1920. **As Máscaras da Civilização**: ensaios. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TELLES, N. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: PRIORE, Mary del. (Org). BASSANEZI, Carla. (Coord. De textos). 7ª Ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

THOMPSON, Analucia (org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF, Copedoc, 2009.

VELOSO, M. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio**, n. 24, p. 77-96, 1996.

## Fontes Primárias

### *Correspondências*

CARTA de José Mariano Filho a Rodrigo M.F. De Andrade, de agosto de 1941. Arquivos Pessoais da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo M.F. De Andrade, série Correspondências Pessoais, pasta José Mariano Filho, fl. 6.

CARTA de Augusto de Lima Júnior a D. Oscar de Oliveira. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 6. Gaveta 2. Pasta 20: Museus. Belo Horizonte. 27/10/1962.

CARTA de Augusto de Lima Júnior a Cônego Pedro Terra. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 6. Gaveta 2. Pasta 20: Museus. Belo Horizonte. 07/10/1962.

### *Revista do Patrimônio*

BATISTA, Nair. Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas). Rio de Janeiro. Nº 3, 1939. P. 103-122.

BATISTA, Nair. Valentim da Fonseca Silva. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Nº 4, 1940. P. 271-330.

BATISTA, Nair. Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência. Rio de Janeiro. Nº 5, 1941. P. 129-154.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte. Rio de Janeiro. Nº 4, 1940. P. 181-192.

LEVY, Hanna. A propósito de três teorias sobre o Barroco. Rio de Janeiro. Nº 5, 1941. P. 259-284.

LEVY, Hanna. A pintura colonial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Nº 6, 1942. P. 7-80.

LEVY, Hanna. Modelos europeus na pintura colonial. Rio de Janeiro. Nº 8, 1944. P. 7-66.

LEVY, Hanna. Retratos coloniais. Rio de Janeiro. Nº 9, 1945. P. 251-290.

LIMA JÚNIOR, A. Ligeiras notas sobre a arte religiosa no Brasil. Rio de Janeiro. Nº 2, p. 101-140, 1938.

LIMA JÚNIOR, A. A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. Rio de Janeiro. Nº 9, p. 331-346, 1945.

MARTINS, J. Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa. Rio de Janeiro. Nº 3, 1939. P. 179-206.

MARTINS, J. Subsídios para a biografia de Manoel Francisco Lisboa. Rio de Janeiro. Nº4, 1940, P.121-154.

MARTINS, J. Novos subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa. Rio de Janeiro. Nº15, 1961, P.113-138.

#### *Revista de História e Arte*

LUSTOSA, M. R. de Lima. Há trinta anos...Morro Velho. Belo Horizonte: Editora São Vicente. Ano II, 1º semestre de 1964, nº 6. P. 66-68.

#### *Internet*

CAMPOS, Y. Mulheres do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Blog do Fausto Macedo. [O Estado de São Paulo](#) [online]. São Paulo. 28 de set. 2020.

BUENO, Priscilla. [Memória de Família](#). Genealogia e Histórias [online].

TAVEIRA, W. G. Augusto de Lima Júnior. [Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais](#). Belo Horizonte.

*Recebido em: 10 de março de 2023.*

*Aprovado em: 25 de maio de 2023.*